



## RESENHA

### ***LIVROS QUE RESPIRAM: PENSAMENTO ECOLÓGICO E SOLIDARIEDADE NAS LITERATURAS PORTUGUESAS, DE ANDRÉ CORRÊA DE SÁ***

*Rodrigo Valverde Denubila<sup>1</sup>*

Há ao menos duas maneiras pelas quais se pode entender a ideia de “cânone”: na primeira, alinha-se à perspectiva do crítico literário estadunidense Harold Bloom (1930-2019), para quem aquele conceito é uma manifestação privilegiada do intelecto; na segunda, lida-se com questões correlatas aos Estudos Culturais. Todavia, existe algo irrefragável que junte essas duas espécies de conceituação: um texto canônico – clássico que é, se pensamos nos argumentos do literato e ensaísta havanês-italiano Italo Calvino (1923-1985), como os expõe no seu livro *Por que ler os clássicos* – é aquele que não deixou de dizer o que pretendia, razão pela qual pode dialogar com leitores de diferentes épocas. E essa definição nos ajuda a compreender o elemento transistórico envolvido na dinâmica entre o contemporâneo e o atual: o contemporâneo demarca a simultaneidade entre tempos históricos e, por isso, somos todos de alguma forma contemporâneos; o atual se refere à ruptura entre tempos. Assim, se o texto canônico tem sempre algo a dizer, ainda permite ser atualizado, logo, *ser atual*, ao longo dos tempos.

Então, se uma das virtudes dos textos canônicos consiste em continuar a transmitir alguma mensagem significativa à posteridade, isso os torna suscetíveis a leituras críticas extemporâneas. E, nessa revisitação, certos textos literários são destituídos de sua atualidade, na medida em que a outros é atribuída maior relevância, dada a natureza temporã de matérias e situações inerentes. Disso decorre que, no movimento entre contemporâneo e atual, o literariamente expresso pode ser questionado, o que não significa dizer que precisa ser constantemente ratificado. Por isso é que os cânones literários têm de ser historicamente situados conforme os critérios de eleição da cultura e do tempo de que participam. Sem isso, parece difícil julgar se uma tessitura poética quedaria incólume ao inescapável transcurso cronológico. Assim se atualiza o discurso literário, à medida que problematiza e que, através do tempo, é problematizado. Portanto, é uma dinâmica que reforça a transistoricidade e a amplitude semântica possibilitada pelo cânone.

---

1 Professor de Literatura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Estudos Literários pela UNESP/Araraquara. Pós-doutorado na mesma instituição. E-mail: [rodrigo.denubila@ufu.br](mailto:rodrigo.denubila@ufu.br)

Essas ponderações iniciais ressaltam o eficaz movimento balizador alcançado pelo crítico literário André Corrêa de Sá, docente da University of California, Santa Barbara, quando de sua recente publicação denominada *Livros que respiram: pensamento ecológico e solidariedade nas literaturas em português*. Dada a lume no ano 2021, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, são ali analisados autores da tradição literária em língua portuguesa – sejam canônicos de agora, sejam de outrora –, expediente por intermédio do qual André Corrêa de Sá renova uma série de discussões literárias a partir da perspectiva da Ecocrítica.

São comentadas produções dos seguintes autores de língua portuguesa: de Portugal veem-se Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Jorge de Sena, António Lobo Antunes, Alexandra Lucas Coelho, Fernando Pessoa (Alberto Caeiro), Sophia de Mello Breyner Andresen; do Brasil se lida com Machado de Assis, Oswald de Andrade e Mário de Andrade; de Angola se tem Ruy Duarte de Carvalho, Pepetela e Luandino Vieira.

André Corrêa de Sá faz as leituras críticas nos oito capítulos de que se compõe o seu livro: “Escutar as árvores”, “Uma quinta que fosse só sua”, “Habitar o Brasil”, “Acordar os vizinhos”, “A forma do meu país”, “Aqui é tudo crônica, exceto o que não é”, “Aos vencidos, a floresta” e “Aos ombros do *Macunaima*”. Ademais, as 307 páginas que perfazem essa peça livresca são, num extremo, preludiadas pelas seções “Agradecimentos” e “Introdução: livros que respiram”, e, noutro, findadas pelos textos “Epílogo”, “Referências Bibliográficas”, “Proveniência dos Textos” e “Índice Onomástico”. Mediante esse recorte, André C. de Sá evidencia a importância de como construções identitárias, estéticas, sociais e ambientais se interconectam no compósito da Ecocrítica, ao passo que sublinha o caráter interdisciplinar desse campo de estudos.

Desde o seu introito, *Livros que respiram* discute a relação do ser humano com a natureza no decorrer dos séculos. Nessa (in)equação, ganham relevo debates sobre como mecanismos de modernização tecnológica, estrutural e social têm alterado drasticamente as paisagens naturais.

A ideia de que as ilusões antropotécnicas estão a conduzir-nos a uma devastação ecológica sem precedentes está a tornar-se um tema dominante, uma retórica ideológica asfixiante, um princípio ético comum e uma forma constante de *pathos* espiritual. Sob a forma de uma angústia central, os avisos de que os sistemas socioecológicos podem ser incapazes de absorver as perturbações provocadas pelos modelos hegemônicos de organização política, económica e territorial da superfície terrestre impregnam-se nas estruturas do espaço público. (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 14)

Além disso, esse trabalho de André Sá recobre um arco temporal que vai desde a literatura romântica até a contemporânea, buscando compreender de que modo as interpretações atinentes à natureza deveras revelam do “*páthos* espiritual” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 14) de um tempo. No caso do nosso, entre as asfixias que a sociedade pós-moderna impõe, avizinham-se os riscos da devastação ambiental, as consequências disso para a nossa espécie e, concomitantemente, os constantes discursos referentes ao temido “apocalipse climático”. Essa crescente conversa

sobre a catástrofe marca a nossa conexão atual com a natureza, em grande parte caracterizada até hoje por certa influência romântica que remete a um ideal de coisa “imaculada”, “original” e “pura”.

Aliás, *Livros que respiram* não se furta de discorrer sobre a visão existencial e estética do ideário romântico presente no século XXI. A centralidade da natureza enquanto elemento-chave para a arquitetura do imaginário nacional de um povo consiste num dos pontos centrais do livro. Por isso, faz sentido que um número considerável de páginas seja dedicado a Camilo Castelo Branco, por meio do seu “[...] modo particular de tornar consciente uma interdependência entre o indivíduo e o lugar” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 30). O debate pertencente às relações entre o indivíduo e a nação promove uma densa reflexão sobre a natureza e a técnica, mostrando sob vários prismas a ideia de “progresso”. E não por acaso é que “natureza”, “técnica” e “identidade” funcionam como os conceitos-chave que conectam os capítulos de *Livros que respiram*.

Outro literato muito comentado é Eça de Queiroz, que, embora esteja presente no primeiro capítulo, numa notável análise comparatista frente à obra de Camilo Castelo Branco, recebe um aprofundamento na discussão posta na seção seguinte, intitulada “Uma quinta que fosse só sua”. Em sua leitura de *A cidade e as serras*, André C. Sá perscruta se, numa perspectiva queirosiana, o senso de pertença à pátria dá-se mais pela ordem emotiva que pela socioambiental. E isso nos faz indagar se a personagem Jacinto de Tormes, presente nessa obra de E. de Queiroz, sente-se *realmente* um português, a despeito de, durante a narrativa, abraçar o universo rural do norte de Portugal. Dentro da economia diegética desse romance, naquilo que se refere a Jacinto, “[...] devemos ver a sua opção por Tormes como contingencial, privada e temporária, não como uma meditação sobre a relação dos portugueses com as paisagens de Portugal” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 62). Dizendo de outra maneira: Jacinto continuaria sendo mais o francês de Paris que o português de Tormes? É a partir de questões como essa que o capítulo avança por um debate, cujo vocabulário inovador procura repensar uma das mais conhecidas obras da Literatura Portuguesa.

Também importa enxergar as ressonâncias do Romantismo na Literatura Contemporânea, conforme se vê no capítulo “A forma do meu país”, no qual a literatura angolana emerge a partir dos autores Ruy Duarte de Carvalho, Pepetela e Luandino Vieira. Diante de uma discussão sobre “literatura nacional”, frisa-se a nacionalidade como tópico elementar do discurso romântico que busca o atributo constitutivo de um povo mediante reconhecimento de uma identidade nacional, inestimável aos territórios africanos libertos, em 1975, ano das respectivas independências. Visto que, no século XIX, nas nações africanas não floresceu o Romantismo – em decorrência do jugo colonial de então –, os escritores contemporâneos se enchem do espírito patriótico, à semelhança do que fizeram José de Alencar e outros literatos românticos estabelecidos pela tradição. É fundamental, portanto, entender a relação dos autores africanos com a natureza – até mesmo para apagar perspectivas coloniais ainda presentes, que embebem de exotismo a

paisagem africana – e, paralelamente, a herança romântica no substrato desse discurso. À vista disso, André Corrêa de Sá enfatiza a forma como os ficcionistas angolanos literariamente tecem e buscam “[...] uma ‘autenticidade’, um modo ‘natural’ de ser, a ‘verdade’ da representação ou o ‘sentido da história” (CORRÊA DE SÁ, 202., p. 157).

Fomentam-se, assim, imagens da nação enquanto a natureza surge como possibilidade de integração, de liame entre indivíduo e pátria conforme demarca o ideário romântico. Desse modo, escritores angolanos de antes e de depois da independência “[...] traduzem meios pelos quais a consciência de si deve modificar as paisagens do país e o modo de as habitar” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 155). E, com base nessa percepção, a poética ambiental de Ruy Duarte de Carvalho se sobressai frente à de Pepetela e de Luandino Viera, possuidores de obras literárias de cariz mais político.

RDC [Ruy Duarte de Carvalho] distingue-se de Pepetela e Luandino porque, no decurso da história, não se identificou tão claramente com as instituições políticas e sociais do país nascente. Enquanto regente agrícola, antropólogo, etnógrafo, cineasta e escritor, RDC tentou perceber que género de perguntas e de respostas descrevia as diferentes experiências disponíveis no espaço geográfico e cultural angolano. Não se preocupou em oferecer-nos nada “especificamente angolano”, mas em apresentar-nos todo o tipo de provas — cívicas, profissionais e artísticas — de que também Angola se gerou por dentro dele numa “exaltação de ser, de pertencer” (*A câmara*, 336). (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 163)

Para mais, assinale-se que *Livros que respiram* versa outrossim sobre escritores da *poiesis* brasileira. Daí que destacamos o terceiro capítulo, “Habitar o Brasil”, cujas considerações sobre Machado de Assis (1839-1908) e Oswald de Andrade (1890-1954) se conectam às reflexões do sétimo e do oitavo capítulos – “Aos vencidos, a floresta” e “Aos ombros de *Macunaíma*”. André C. de Sá regressa ao trabalho do crítico literário lusitano Jorge de Sena (1919-1978) acerca das reservas dos modernistas sobre o autor de *Dom Casmurro*, recobrando a discussão no que diz respeito à suposta ausência de elementos “tipicamente nacionais” na obra machadiana. Também discorre sobre como o conceito de “antropofagia” é incorporado à discussão, sendo perscrutada a sua eficácia enquanto repositório conceitual. Dessarte, o capítulo centra-se em “[...] descrever formas de apropriação e recriação das culturas hegemónicas pela cultura brasileira em particular e pelas culturas latino-americanas em geral” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 95). É nesse contexto que “[...] a alegoria antropofágica [...] informa percepções identitárias e representações ambientais coletivas” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 97-98).

E ademais, a imagem do indígena antropofágico de Oswald de Andrade é minuciosamente investigada no terceiro capítulo: “[...] é que a versão da história brasileira exaltada pela teoria antropofágica utiliza o tema indianista como o refrão de uma *ficção ecológica nacional*” (CORRÊA DE SÁ, 2021, p. 100, grifos nossos). Na esteira dos românticos, os modernistas criaram e reforçaram imagens idealizadas dos indígenas e, à semelhança dos românticos,

não demonstraram preocupação com os problemas reais das populações ameríndias: o índio modernista não seria menos nacional do que o romântico, pois que à elite paulista não interessaria lidar com as dificuldades factuais dos povos autóctones. Vale o debate, bem como os correlatos golpes e contragolpes argumentativos.

Ao revisitar obras de ontem e de hoje, que integram o cânone das literaturas em português, André Corrêa de Sá torna possível que as produções de Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Machado de Assis, Oswald de Andrade, dentre outros, respirem – sobretudo novos tempos –, o que, por sua vez, alia-se à nossa discussão inicial alusiva ao cânone e à possibilidade de relê-lo ecocriticamente. As considerações de André Corrêa de Sá mostram-se, assim, muito pertinentes ao cenário atual. Mediante força argumentativa e criatividade, a obra analisa certas perspectivas teóricas e motes temáticos caros à tradição, revisitando-a com “olhos de ver”. Em suma, *Livros que respiram* é uma lufada de ar fresco aos inovadores caminhos que abre à Crítica Literária.

## REFERÊNCIAS

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SÁ, A. D. C. de. **Livros que respiram: pensamento ecológico e solidariedade nas literaturas em português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.